



ACÓRDÃO Nº215/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11311/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Responsável: Luiz Carlos Cardoso Freire (Ordenador de Despesa), Givanildo da Silva Carvalho (Ordenador de Despesa), Robson Cavalcante da Silva (Ordenador de Despesa)

4- Órgão: Fundo de Previdência Municipal de Carauari

5- Exercício: 2016

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICERP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1013/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Municipal de Carauari. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.
Determinação. Notificação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. Luiz Carlos Cardoso Freire**, ordenador de Despesas do Fundo de Previdência Municipal de Carauari, Referente ao Exercício 2016 (no período de 01/01/2016 a 30/09/2016), face às restrições nº 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10 e 11 do Relatório de Inspeção nº 31/2018-DICERP, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “b” da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE.

10.2. Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. Robson Cavalcante da Silva**, ordenador de Despesas do Fundo de Previdência Municipal de Carauari, Referente ao Exercício 2016 (no período de 01/10/2016 a 31/10/2016), face às restrições nº 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10 e 11 do Relatório



ACÓRDÃO Nº215/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Inspeção nº 31/2018-DICERP, nos termos do art. 22, inciso III, alínea "b" da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE.

10.3. Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. Givanildo da Silva Carvalho**, ordenador de Despesas do Fundo de Previdência Municipal de Carauari, Referente ao Exercício 2016 (no período de 01/11/2016 a 31/12/2016), face às restrições nº 3, 5, 6, 8, 9, 10 e 11 do Relatório de Inspeção nº 31/2018-DICERP, nos termos do art. 22, inciso III, alínea "b" da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE.

10.4. Aplicar Multa ao **Sr. Luiz Carlos Cardoso Freire** no valor de **R\$ 5.000,00**, nos termos do art. 54, I, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE c/c art. 308, III, da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Aplicar Multa ao **Sr. Robson Cavalcante da Silva** no valor de **R\$ 16.000,00**, nos termos do art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.6. Aplicar Multa ao **Sr. Givanildo da Silva Carvalho** no valor de **R\$ 5.000,00**, nos termos do art. 54, I, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE c/c art. 308, III, da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, que deverá ser recolhida no



ACÓRDÃO Nº215/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.7. Recomendar ao Fundo de Previdência Municipal de Carauari:

10.7.1. O encaminhe da impropriedade referente à efetividade dos recolhimentos dos valores previdenciários (patronal e segurado) ao setor especializado da SECEX para fins da verificação quanto à regularidade dos devidos recolhimentos pelos respectivos consignatários, da legalidade dos percentuais efetivamente aplicados, para que adote, no âmbito de sua competência, as medidas que entender cabíveis, acerca dos fatos ocorridos;

10.7.2. Que seja incluída, no plano de inspeção da próxima comissão de auditoria, pontos de análise quanto à regularidade dos recebimentos previdenciários devidos pelos órgãos consignatários, notadamente quanto aos exatos valores e percentuais aplicados, bem como da pontualidade dos recolhimentos e da assiduidade dos pagamentos dos acordos de parcelamentos firmados;

10.7.3. O encaminhe das impropriedades relativas aos recolhimentos previdenciários (Partes patronal/Segurado; acordos de parcelamentos) Ministério Público Estadual para que, tomando conhecimento dos fatos aqui tratados, adote, no âmbito de sua competência, as medidas que entender cabíveis;

10.7.4. Que promova a fidedignidade dos registros contábeis devendo os gestores envidar esforços no intuito de acompanhar, por intermédio do sistema de controle interno, as atividades do setor de contabilidade, a fim de que os registros contábeis do órgão reflitam fielmente os atos de receitas e despesas do órgão, sob pena de ação deste Tribunal e consequente aplicação de multa, nos termos da Lei Estadual 2.423/96.



ACÓRDÃO Nº215/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.8. Determinar** ao Fundo de Previdência Municipal de Carauari que:
- 10.8.1.** Apresente, nas fiscalizações vindouras, documentos comprovando os devidos valores dos repasses das contribuições previdenciárias ao CARAUARIPREV;
 - 10.8.2.** Apresente provas de que implementou mecanismos de controle específicos para acompanhamento do cumprimento do acordo firmado pela Prefeitura Municipal de Carauari;
 - 10.8.3.** Apresente, perante esta corte de contas, as medidas adotadas e os resultados alcançados, quanto ao cumprimento das determinações no sentido de regularizar os percentuais devidos a título de contribuição previdenciária municipal.
- 10.9. Determinar** à Prefeitura Municipal de Carauari que encaminhe à Corte de Contas o ato aposentatório da **Sra. Terezinha Correa Pereira de Oliveira**, acompanhado de toda a documentação exigida pela Resolução n. 02/2014-TCE/AM, para análise da legalidade do ato.
- 10.10. Notificar** o **Sr. Luiz Carlos Cardoso Freire**, com cópia do Relatório-Voto, do Parecer Ministerial e do respectivo Acórdão para que adote as medidas que entender cabíveis.
- 10.11. Notificar** o **Sr. Robson Cavalcante da Silva**, com cópia do Relatório-Voto, do Parecer Ministerial e do respectivo Acórdão para que adote as medidas que entender cabíveis.
- 10.12. Notificar** o **Sr. Givanildo da Silva Carvalho**, com cópia do Relatório-Voto, do Parecer Ministerial e do respectivo Acórdão para que adote as medidas que entender cabíveis.
- 10.13. Notificar** o Fundo de Previdência Municipal de Carauari, com cópia do Relatório-Voto, do Parecer Ministerial, do Laudo Técnico e do respectivo Acórdão para que adote as medidas que entender cabíveis.
- 10.14. Arquivar** o presente processo, após o trânsito em julgado, nos moldes regimentais.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



ACÓRDÃO Nº215/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Data da Sessão: 2 de Abril de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em substituição

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral